§ 2º - As decisões da Junta Eleitoral, nos recursos de habilitação, quando não forem publicadas, deverão ser comunicadas oficialmente à parte interessada.

§ 3º - A Junta Eleitoral julgará os recursos contra as decisões de habilitação proferidas pela Comissão de Habilitação e publicará a relação das entidades habilitadas.

§ 4º - Os trabalhos da Comissão de Habilitação e da Junta Eleitoral serão secretariados pela Secretaria Executiva do CEAS/PI.

Art. 9º - A Assembléia de Instalação será aberta pela presidência do CEAS/PI, que presidirá a eleição da Mesa Coordenadora, a ser composta por três entidades habilitadas – uma de cada segmento da sociedade civil.

§ 1º - Inicialmente será aberto espaço para candidaturas à Mesa Coordenadora;

§ 2º - A eleição da Mesa Coordenadora será pelo voto das entidades previamente habilitadas, cabendo a cada uma eleger um representante de seu segmento;

§ 3º - As três Entidades mais votadas comporão a Mesa Coordenadora e, entre elas, definirão quem presidirá os trabalhos;

§ 4º - Concluída a escolha da Mesa Coordenadora, a presidência do CEAS/PI passará a direção dos trabalhos à mesma.

Art. 10 - A Assembléia de Instalação terá como atribuições:

- a) Eleição da Mesa Coordenadora dos Trabalhos;
- b) Homologação das entidades habilitadas pela Comissão de Habilitação e pela Junta Eleitoral.

Art. 11 - A Assembléia de Eleição terá como atribuições:

- a) Leitura e aprovação do regimento interno, cuja proposta deverá ser elaborada previamente pela Junta Eleitoral;
- b) Escolha de uma mesa receptora e apuradora de votos, composta por três entidades presentes;
- c) Eleição das entidades e organizações titulares e suplentes das três categorias previstas na LOAS e demais regulamentos;
- d) Apreciação de recursos contra os resultados da votação e apuração, se houver;
- e) Lavratura, leitura e aprovação da ata, inclusive constando a relação das entidades eleitas, tanto para a titularidade como para suplência.

§ 1º - Cada entidade ou organização habilitada para esta assembléia poderá votar em até três candidatos/as de seu segmento.

§ 2º - Os recursos contra os resultados da eleição deverão ser apresentados imediatamente após o término da apuração dos votos e serão apreciados de pronto pela Junta Eleitoral e submetidos à decisão final da Assembléia de Entidades, que homologará o resultado final da eleição no mesmo dia.

Art. 12 – Terminada a Assembléia, a Mesa Coordenadora dos Trabalhos, junto com o (a) representante do Ministério Público estadual, e os Membros da Junta Eleitoral, deverão assinar a ata aprovada com a relação das entidades titulares e suplentes eleitas e enviá-la à presidência do CEAS/PI, para a publicação no Diário Oficial do Estado e os devidos encaminhamentos de nomeação e posse junto à Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Art. 13 – Esta resolução entra em vigor a partir de sua aprovação pelo CEAS/PI, revogadas as disposições contrárias.

Conselho Estadual de assistência Social do Piauí, 31 de março de 2005.

IRANEIDE CRISTINA ARAÚJO VIANA
 Presidente do CEAS/PI

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CEAS-PI

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 31 DE MARÇO DE 2005.

Institui a Comissão de Habilitação e a Junta Eleitoral para o processo eletivo dos representantes da Sociedade Civil ao CEAS/PI.

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PI, em reunião realizada no dia 31 de março de 2005, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental n.º 11.652 de 28 de Fevereiro de 2005, publicado no DOE do dia 02 de Março de 2005;

Considerando o disposto na resolução CEAS/PI nº 001, de 31 de março de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão de Habilitação de que trata o § 2º do art. 1º da Resolução nº 001, de 31 de março de 2005, compõe-se dos seguintes Conselheiros do CEAS/PI, representantes da Sociedade Civil:

- a) **Pelo segmento das entidades e organizações de assistência social:**
 - Conselheiro - Ângela Karine Barreto de Carvalho
 - representando - Ação Social Arquidiocesana - ASA-
- b) **Pelo segmento dos trabalhadores da área de assistência social:**
 - Conselheiro - Marbri Vencerlau de Araújo
 - Representando - Central Única dos Trabalhadores – CUT-
- c) **Pelo segmento dos usuários ou de organizações de usuários,:**
 - Conselheiro - Dian Moreira -
 - Representando - Movimento Nacional de Meninos e meninas de rua - MNMMR.

Art. 2º A Junta Eleitoral referida no § 3º do art. 1º da Resolução nº 001 de 31 de março de 2005, é composta pelos seguintes Conselheiros do CEAS/PI, representantes da Sociedade Civil:

- d) **Pelo segmento das entidades e organizações de assistência social:**
 - Conselheiro - Pe. Marcos Antonio de Oliveira Santos
 - representando - Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez
- e) **Pelo segmento dos trabalhadores da área de assistência social:**
 - Conselheira - Maria Leda Ramos -
 - Representando - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social do Piauí - SITSPREVS -
- f) **Pelo segmento dos usuários ou de organizações de usuários,:**
 - Conselheiro Edmundo Claves de Oliveira -
 - Representando Associação dos Cegos do Piauí - ACEP-

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua aprovação pelo CEAS/PI.

Conselho Estadual de Assistência Social do Piauí, 31 de março de 2005.

IRANEIDE CRISTINA ARAÚJO VIANA
 Presidente do CEAS/PI